



CFT suspende audiências do Orçamento Regionalizado

Decisão provocou debates acirrados em plenário, onde pode ser derrubada

A CFT (Comissão de Finanças e Tributação) aprovou, na manhã do dia 5, pedido apresentado pelo deputado Afrânio Boppré (PT) para suspender a realização das audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Foram 3 votos a 2 e uma abstenção, do deputado Djalma Berger (PSDB).

“Não queremos mais criar expectativas vazias se o governo não executa as obras”, argumentou Boppré. Segundo ele, das 225 prioridades apontadas pelos catarinenses no ano passado, apenas oito foram incluídas no orçamento estadual deste ano. Os deputados João Paulo Kleinübing (PFL) – presidente da Comissão –, Djalma Berger (PSDB), Antônio Carlos Vieira -Vieirão (PP) e Wilson Vieira -Dentinho (PT) defenderam a realização das audiências. Este último assinou, junto com os deputados petistas Volnei Morastoni, Dionei Walter da Silva e Ana Paula Lima, nota defendendo a realização, divulgada um dia depois. Na sessão



(foto Alberto Neves)

Secretária estadual de Planejamento, Anita Pires, participou da reunião

plenária da manhã seguinte à decisão da CFT, o assunto tomou conta dos debates. O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, anunciou que entrará com requerimento na próxima terça-feira (11) para reverter a

suspensão, indicando que polêmica deve permanecer em pauta. A banca da do PMDB, conforme anunciou o deputado João Henrique Blasi, fechou posição pela realização do OR. (SD/RMPP)

Fundação fazia empréstimos à Casan

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Casan, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), ouviu, no último dia 3 os depoimentos de três funcionários da Fucas (Fundação Casan). Carlos Artur Araújo, ex-presidente da Fundação, Aparício José Mafra Neto, atual presidente, e Osmar de Oliveira Couto Júnior, atual diretor financeiro da instituição. Eles foram questionados sobre débitos que empresa tem para com a Fundação.

A Casan tem um débito de cerca de R\$ 110 milhões com a Fucas, dos quais R\$ 66 milhões de um programa de auxílio desemprego, R\$ 33 milhões em empréstimos e R\$ 10 milhões em um programa de incentivo à aposentadoria. O objetivo dos parlamentares é conhecer e detalhar a origem desses débitos.

Página 4

CPI da Udesc

Testemunhas depõem em sigilo

Página 4

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Constituição de Direitos e Garantias Fundamentais
Emprego e Família e a Mulher

ESTATUTO DO IDOSO

Local
STV - Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias do Vestuário
Rua Francisco Boshart, 60, Centro
Florianópolis

Data
14 maio 2004

Horário
13h



Começa ciclo de seminários sobre crédito rural

Para levantar as reivindicações dos agricultores de todas as regiões, para inserção no próximo Plano Safra federal e elaboração de uma política de crédito rural estadual, a Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), acatando proposição do deputado Dionei Walter da Silva (PT), iniciou um ciclo de seminários na quinta (28) e sexta (29), nos municípios de São Miguel do Oeste e Chapecó. O Plano Safra federal é lançado anual-

mente, definindo ações de apoio à agricultura, em especial, e estabelecendo as normas para o crédito agropecuário.

Nos dias 6 e 7, a Comissão discute o tema em Concórdia e em Fraiburgo, respectivamente. Nos dias 20 e 21, será a vez de Lages e Rio do Sul. Em junho, acontecem os seminários em Criciúma, no dia 11, em Canoinhas, no dia 24, e em Jaraguá do Sul, no dia 25. O último encontro será na sede do Poder Legislativo, em Florianópolis, no dia 1º de julho.

Página 05

SC-302: resgate de uma dívida histórica

Santa Catarina tem uma dívida histórica com a região do Contestado e Meio-oeste, uma dívida que iniciou em 1853, com a criação da Província do Paraná, época em que Santa Catarina começou a abrir os olhos para aquela região. O interesse de ambos os estados gerou a famosa demanda do Contestado - refiro-me à questão jurídica e não ao massacre do Contestado, que é outra história -, quando SC e PR disputaram a posse do Meio-oeste catarinense, no início do século passado. Santa Catarina venceu esta demanda, mas pouco, ou quase nada, fez por aquela região.

No último 1º de maio, o governo de Santa Catarina resgatou parcela desta dívida de mais de 50 anos que o Estado tem para com a região, com a inauguração da Rodovia da Amizade, a SC-302, que liga os municípios de Porto União, Matos Costa, Calmon e Caçador, com um custo de R\$ 53 milhões e extensão de 80 quilômetros. A SC-302 não liga apenas quatro municípios, liga duas regiões do Estado, o Meio-oeste ao Planalto Norte, e possibilitará o escoamento da produção agrícola, especialmente da cadeia produtiva da madeira naquela região, setor que ocupa o segundo lugar na geração de empregos e de impostos na econo-

mia catarinense. Do valor investido na obra, R\$ 5,5 milhões representaram a participação do governo anterior, enquanto mais de R\$ 47 milhões foram disponibilizados pelo governo Luiz Henrique. Aliás, a forma como o governador conduziu a retomada das obras e sua conclusão deram-nos maior satisfação em participar do evento.

Luiz Henrique reconheceu o esforço de quem se empenhou para que a obra fosse realidade, ignorando questões políticas e eleitorais. Considerou as necessidades e o bem-estar das comunidades da região e não os resultados eleitorais, pois os números das urnas no último pleito lhe foram desfavoráveis nos quatro municípios diretamente beneficiados pela pavimentação daquela rodovia. O desenvolvimento será retomado e a economia regional crescerá, não tenho dúvidas. O governador mostrou-se um estadista ao homenagear aqueles que lutaram pela execução da obra e por colocar acima de qualquer interesse a reivindicação da população. Mas, resgatada esta dívida, partimos para nova luta, pois ainda há muito a fazer, como por exemplo a SC-422, obra importantíssima que liga o Planalto Norte ao Vale do Itajaí.

Deputado Mauro Mariani (PMDB)

Obstáculo vencido, responsabilidades ampliadas

No ano de 2000, quando perdi em um acidente de trânsito a minha filha Polyanna, achei que o sol não mais iria iluminar e a lua alumiar como antes. Mas a vida seguiu, barreiras foram vencidas, permitindo-me ascender ao Poder Legislativo catarinense, levado pela vontade de milhares de eleitores e, é preciso destacar, por uma engenharia política que envolveu lideranças multipartidárias, como o PT do prefeito Décio Lima, o PMDB do governador Luiz Henrique, o PTB dos deputados Parisotto e Godinho e meu PDT liderado pelo amigo Manoel Dias.

A emoção de assumir, enfim, uma cadeira na Assembléia, há tanto perseguida, reacendeu a luz do Sol e da Lua. E remeteu-me ao passado. Vi desfilar momentos alegres da infância, e sobretudo os tempos de dificuldades. Uma história iniciada em São João Batista, criado nos canaviais, onde caminhava 10 quilômetros diários para chegar à escola. Ser jornalista era divertido e ter peixe com pirão na mesa era uma festa. O tempo correu e vi-me cursando a Universidade - a Furb, em Blumenau. Sem vintém sequer para um cafezinho, saltava do ônibus direto para a sala de aula, enquanto os colegas passavam pela lanchonete. Já bacharel, veio a vida profissional, primeiro como escrivão na minha cidade, em um tempo em que tudo era

manuscrito, depois, como promotor de Justiça, em Curitiba, tendo como escrivão o hoje deputado Onofre, e em Ponte Serrada.

Em uma nova etapa profissional, em Blumenau, fui despertado para a fragilidade do consumidor diante do poder do fornecedor. Inicia-se, aí, uma fase marcante, uma história que já ultrapassa uma década de trabalho voltado à informação, esclarecimento e defesa do elo mais fraco na cadeia do consumo. Lá, criei o promotor de Justiça de bairro, descentralizei o Procon, que passou a atender nas comunidades, avanço inédito em todo o país. Foi este trabalho voltado aos necessitados que lançou-me na política partidária, impulsionado pela vontade de levar a cidadania para além das fronteiras do consumo. Chego à Assembléia Legislativa, agora com o compromisso de trabalhar no aprimoramento da legislação e das normas que regem as relações de consumo em nosso Estado, sempre na defesa do cidadão. Mas assumo também a missão de reacender a chama do nosso PDT, reerguer este partido de tantas lutas. Sou, ainda, o deputado do Ministério Público, da OAB, de Blumenau e de São João Batista, entre outras comunidades. São representações que me enchem de responsabilidade para fiscalizar o Executivo e legislar em prol de todos os catarinenses.

Deputado César João Cim (PDT)



Representantes dos três poderes participaram da abertura do evento

Alesc participa de Simpósio do TCE

Auxiliar direto do Legislativo na sua função fiscalizadora, o TCE (Tribunal de Contas do Estado) abriu na noite de quarta-feira (5), no Centrosul, em Florianópolis, o III Simpósio Técnico dos Tribunais de Contas do Brasil. O presidente da Alesc, deputado Volnei Morastoni (PT), integrou a mesa de abertura, juntamente com os presidentes do TCE, Salomão Ribas Júnior, vice-governador, Eduardo Pinho Moreira e demais autoridades.

O evento, promovido em conjunto com o Instituto Ruy Barbosa, será concluído nesta sexta-feira (6),

discutindo, em seus painéis e palestras os desafios para o Tribunal de Contas do futuro, o final do mandato dos prefeitos municipais, a avaliação de programas de governo e o projeto de lei que regulamenta a aplicação dos gastos na saúde por estados e municípios.

Participam cerca de 300 pessoas, entre conselheiros, auditores e técnicos do TCU (Tribunal de Contas da União) e dos tribunais que atuam nos âmbitos estaduais e municipais. Na oportunidade, Ribas Júnior lançou oficialmente a nova página do TCE catarinense na Internet.

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Tiron (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário:

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bordini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Daniel Ramos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Acafe comemora 30 anos

(foto Jonas Lemos Campos)

Plenário lotado de autoridades e convidados. Assim foi a noite de quarta-feira (5), na Assembléia Legislativa, durante sessão solene requerida pelo deputado Paulo Eccel (PT), tendo como anfitrião o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT). A solenidade comemorou os 30 anos de fundação da Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais) e foi prestigiada por deputados, secretários de Estado, ex-reitores e atuais reitores das universidades ligadas ao sistema de todo o Estado e também de outras instituições, além de professores e estudantes universitários.

Ao abrir o evento, Morastoni destacou a importância da Acafe nas últimas três décadas de história do ensino superior em Santa Catarina e dos quase

140 mil alunos espalhados hoje por 64 cidades catarinenses. "Ela foi a grande porta para o ensino superior no Estado", destacou.

O proponente da sessão aproveitou seu pronunciamento para lembrar que nesses 30 anos de atuação no ensino, pesquisa e extensão universitária, não foi apenas o ensino superior que registrou crescimento, mas também os municípios. "Através da interação, as universidades promoveram o crescimento das cidades, como por exemplo no aspecto sócio-econômico".

Em nome de todas as bancadas, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP) falou que o sistema honra Santa Catarina, com o desenvolvimento de diversas atividades em prol do Estado.

O presidente da Acafe, Egon José Schramm, que recebeu do Parlamento catarinense, através do deputado Eccel, uma placa comemorativa, disse que a hora é propícia para que a Acafe promova cada vez mais seu crescimento e que as conquistas são fruto do esforço coletivo de vários segmentos.

No momento em que completa 30 anos, a Acafe registra, entre outras atividades, 400 grupos de pesquisa, 744 cursos de graduação e o atendimento feito através dos projetos de extensão das 15 instituições de ensino que compõem o sistema. São cerca de 2,6 milhões de pessoas atendidas por ano em projetos de alfabetização, saneamento, atendimento médico, odontológico, psicológico e hospitalar, reciclagem de lixo e educação para o trabalho. (RMPP)



O deputado Eccel entrega placa comemorativa ao presidente da Acafe

Poderes avaliam LDO

Os líderes dos poderes catarinenses se reuniram na manhã de quinta-feira (6), no gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa, para analisar os impactos que as mudanças propostas pelo governo no projeto da LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias - Plano de Metas para 2005) vão causar para as instituições. A LDO define os percentuais de recursos a serem repassados pelo Poder Executivo aos outros poderes.

No encontro, os presidentes da Alesc, deputado Volnei Morastoni, do Tribunal de Justiça, Jorge Mussi, do Tribunal de Contas do Estado, Salomão Ribas Júnior, e do Ministério Público, Pedro Sérgio Steil, marcaram reunião com o governador para o dia 10, quando tentarão sensibilizá-lo e convencê-lo a manter a atual versão da LDO sob pena de todos os poderes terem problemas financeiros no ano que vem. Em 2002, um acordo entre o Executivo e os outros poderes permitiu a inclusão de dispositivo na LDO apresentada naquele ano, estabelecendo reajustes escalonados dos duodécimos até 2005. Com isso, o percentual do TJ subiria dos atuais 6,75% sobre a Receita Líquida Disponível (RLD - somatório das receitas, excetuando os convênios e vinculações federais) para 7% e o Ministério Público passaria de 2,8% para 2,9%. O Procurador Geral de Justiça, Pedro Sérgio Steil, informou que, com a alteração pretendida pelo governo, o orçamento previsto para 2005, no

valor de R\$ 152 milhões, sofrerá impacto negativo de cerca de R\$ 12 milhões. No Tribunal de Justiça deve haver uma perda de R\$ 14 milhões.

Ribas Júnior disse que a maior preocupação do TCE é com o conceito de receita líquida disponível e com a devolução dos saldos financeiros. "Essa devolução, sem retorno ao órgão, pode provocar estímulo para gastos. E há quatro coisas que devem ser consideradas, como o percentual, a mudança de conceito da RLD, a devolução dos saldos e a mudança de critérios já estabelecidos", observou. Ele elogiou a atitude de Morastoni em reunir os poderes para dialogar e de levar o assunto para ser discutido com o governador.

Morastoni defende que o Orçamento para 2005 tem que ser compartilhado com os poderes e justificou o encontro como uma forma de, em conjunto, abrir uma negociação com o governo para estabelecerem um acordo em comum. "Os percentuais determinados, se forem cumpridos, comprometem o planejamento feito por todos os poderes. "O impacto para a Alesc, no ano que vem, é em torno de R\$ 10 milhões negativos. O Legislativo tem as despesas de pessoal e de manutenção, sem falar no plano de expansão. Mas, ao contatar com o governador, notamos que ele está aberto ao diálogo", assinalou. No final da reunião foi elaborado um documento detalhando a situação de cada instituição e que será entregue ao governador. (CA)

Projeto Paraubá

Uma comitiva de lideranças dos mais diversos segmentos da sociedade da Região Serrana, acompanhada pelo secretário-adjunto da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Emanuel Prado, reuniu-se com o presidente da Alesc, Volnei Morastoni (PT), na manhã de terça-feira (4). O objetivo do encontro foi o de solicitar o apoio político da Casa junto à Petrobras para a aprovação do Projeto Paraubá - Água e qualidade de vida em região de recarga do Aquífero Guarani. O valor do projeto é de R\$ 1.516.162,75.

O coordenador geral do projeto, Sílvio Luiz Rafael Neto, explicou que entidades das mais diversas áreas, do planalto de Santa Catarina, a exemplo da Uniplac, Centro Agroveterinário da Udesc, Epagri, ONG Bicho do Mato e Associação de Micro-empresários, entre outras, tornaram-se parceiros num projeto que busca a implementação de

ações como recuperação de corpos d'água doce, recuperação de matas no entorno de corpos d'água, capacitação presencial e/ou a distância dos principais atores da gestão (prefeituras, associações e setores produtivos), disseminação de boas práticas para redução do desperdício d'água, campanha de mobilização social com ações da sociedade organizada, ações de publicidade, presença na imprensa, eventos de abrangência nacional e a preservação de espécies da biodiversidade. "Vamos pedir o apoio político para que nosso projeto saia do papel e seja financiado pela Petrobras", observou.

Morastoni acenou positivamente para endossar o apoio ao projeto e considera de extrema importância todas as questões que envolvem o Aquífero Guarani. "Vamos encaminhar correspondência e pleitear junto à Petrobras a possibilidade de viabilizar esse projeto", disse o presidente. (CA)

(foto Giancarlo Bortoluzzi)



Comitiva serrana pediu apoio ao presidente do Legislativo

CPI da Casan

Investigada dívida com a Fucas

Carlos Agne

Os deputados integrantes da Comissão, relator Mauro Mariani (PMDB), Antonio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP) e Pedro Baldissera (PT) ouviram o ex-presidente Carlos Artur Araújo, o atual, Aparício José Mafrá Neto e o diretor financeiro, Osmar de Oliveira Couto Júnior, na segunda-feira (3).

Araújo foi o primeiro a depor e deixou perplexos os deputados ao informar que a Casan tomava empréstimos junto à Fundação. O ex-presidente disse que a Fucas criou um plano de complementação de aposentadoria, o PIA (Plano de Incentivo de Aposentadoria), e também, para que os funcionários que se desligassem totalmente da empresa tivessem um fundo, criou o PAD (Plano de Auxílio Desemprego), a partir do acordo trabalhista formalizado em 1993.

O deputado Mariani questionou a legalidade da Fundação em criar o PIA, lembrando e que a instituição do programa não tinha autorização do CPF (Conselho de Política Financeira) e tampouco fora criado por lei estadual. "Depois do acordo coletivo de 93, a Casan acertou um percentual de 4% de produtividade que eram repassados para a Fucas. Com isso, nem o servidor e tampouco a empresa pagavam os encargos sociais sobre os valores", observou. Vieirão foi mais enfático e concluiu que a Casan sonegava os encargos. Também avaliou que as operações financeiras feitas com a Fucas são ilícitas.

Débitos - O segundo depoente, Aparício Neto, em seu segundo mandato na presidência da Fucas, explicou que a dívida principal do emprés-



(foto Carlos Kiltan)

Informações fornecidas pelas testemunhas surpreenderam integrantes da Comissão

timo é de R\$ 14 milhões, solicitados à Fundação para pagamento de obrigações junto ao BIRD (Banco Mundial). "Era comum esse tipo de empréstimo", declarou a testemunha. Vieirão ficou surpreso pelo fato do atual presidente, em sua primeira gestão, ter entrado na empresa em abril de 1987 e já em outubro assumir a direção da Fundação.

O depoente assinalou que foi indicado para o cargo pelo ex-presidente Luiz Fernando Galotti e que era de confiança do governador da época. O deputado do PP fez questão de dizer que assumir um débito que não existia, no caso os R\$ 14 milhões apresentados no balanço como déficit atuarial, comprova a má gestão da empresa. "A Casan pagaria isso se quisesse. Talvez para agradar a quem lhe emprestava, aceitou uma dívida

que não era sua, até porque a empresa não pagava nada para a Fucas. Os recursos que eram repassados à instituição eram da produtividade dos servidores. Mas tem mais coisas, como a cessão de um advogado para a Casan, sem ônus, o que não está bem explicado", registrou o parlamentar.

Couto Júnior explicou que a Casan fez 13 empréstimos junto à Fucas e que sempre foi zelosa nos pagamentos. Muitas vezes, quando atrasava, repatriava os valores em novo empréstimo. O saldo devedor de R\$ 14 milhões não sofre amortização desde 18 de fevereiro de 2002, quando os valores já estavam em R\$ 16 milhões. "A empresa sempre se mostrou séria no pagamento de seus compromissos. Por isso emprestavamos dinheiro dos velhinhos, porque achávamos que era seguro", complementou.

Mandados de segurança

O Pleno do Tribunal de Justiça julga no próximo dia 19 os mandados de segurança impetrados pelo advogado Rubens João Machado contra a CPI da Casan. O advogado, que conforme comprovação da CPI está envolvido em inúmeras irregularidades na empresa, como apropriação de valores dos depósitos judiciais trabalhistas que ultrapassam R\$ 1 milhão, entrou com um mandado de segurança para acabar com o trabalho da CPI e outro proibindo a imprensa de veicular o nome dele em matérias referentes ao processo de investigação do passivo trabalhista da empresa. A desembargadora Salete Somariva, do Tribunal de Justiça catarinense, negou os pedidos liminarmente.

Cassação de advogado

O Tribunal de Ética e Disciplina da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) catarinense decidiu, no último dia 30, pela suspensão preventiva do exercício profissional do advogado Rubens João Machado, em função das denúncias feitas na CPI da Casan. Integrante do corpo de advogados de defesa da estatal em processos trabalhistas, Machado é acusado de ter se apropriado de sobras de depósitos judiciais. Segundo a CPI, os desvios teriam ultrapassado a quantia de R\$ 1,3 milhão. Ele compareceu ao julgamento e ainda poderá recorrer da decisão.

Todas as denúncias e conseqüentes indícios e provas de irregularidades levantadas pela CPI estão sendo encaminhadas imediatamente ao Ministério Público.

Tutores e professores depõem na CPI da Udesc

Dúvidas a respeito de quem remunera Sérgio Ferreira, César Jungblutz e Ana Lúcia Figueiró, tutores e professores do Ensino a Distância que lecionam no Amapá, Maranhão e Bahia, respectivamente, foram amplamente discutidas na reunião da CPI da Udesc, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT). A reunião aconteceu na tarde de segunda-feira (3) e foi fechada para a imprensa por solicitação dos depoentes.

Segundo Eccel, esses servidores, que foram contratados através de concurso público, recebem seus salários pela Udesc e gratificações pelos institutos ligados à Universidade. "Esses ser-

vidores recebem salários, diárias, despesas com viagens e até pró-labore das entidades afiliadas, mas eles garantem que receberam da própria Udesc".

O parlamentar comentou que o interesse da Comissão é saber qual a relação que o Cepec (Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais) tem com o Ensino a Distância. Na segunda-feira (10), a CPI tomará os depoimentos de Pio Campos Filho e Rosângela de Souza Machado, responsáveis pela elaboração dos concursos públicos, e Elizabete Anderle e Paulino de Jesus, ex e atual diretor da Fiep, fundação que fez a primeira seleção de tutores e professores do Ensino a Distância. (DAB)



(foto Carlos Kiltan)

Depoentes garantiram que são pagos pela própria Udesc

Seminários de Política de Crédito Rural

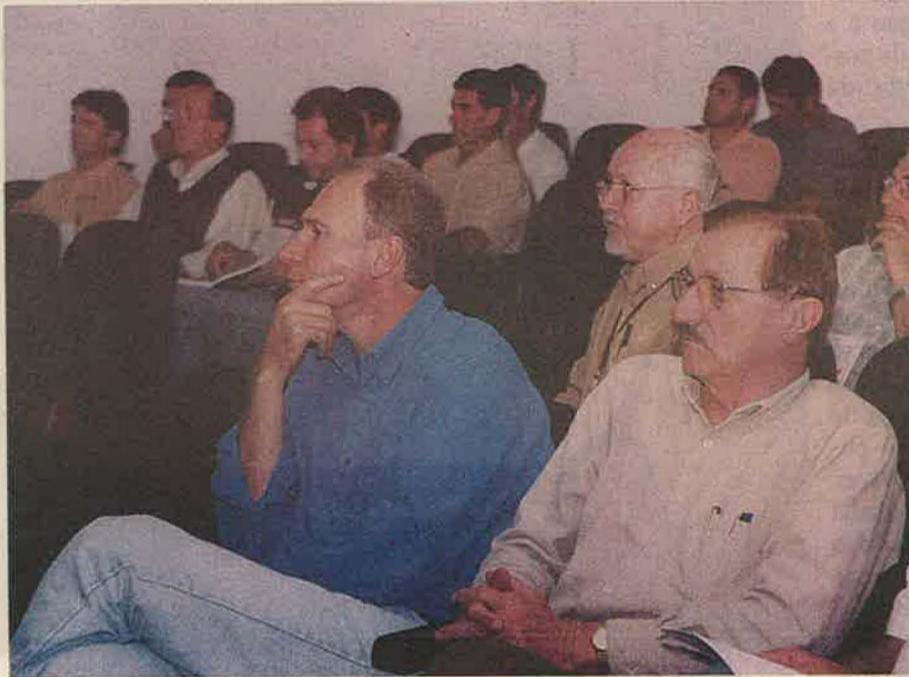
Recursos insuficientes e burocracia prejudicam agricultores

Carlos Agne

Em São Miguel do Oeste, no dia 28, foi realizado o Seminário de Política de Crédito Rural em SC, coordenado pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB) e pelo gerente regional da Epagri, João Carlos Biasebetti. Estiveram reunidos agricultores, representantes de Cooperativas de Crédito Rural, gerentes de instituições financeiras e de entidades representativas dos produtores rurais.

“O objetivo deste seminário, que vai se deslocar por várias regiões de Santa Catarina, é avaliar a implementação das políticas de crédito rural, coletando sugestões para o melhoramento da operacionalização do crédito em questão. Do resultado das discussões será feito um relatório contendo as avaliações e sugestões para subsidiar a elaboração do futuro Plano Safra do governo federal e as políticas agropecuárias desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Agricultura e de Política Rural”, explicou Nadal.

Biasebetti apresentou os problemas vividos pela agricultura familiar do Extremo-oeste com o crédito rural, apontando a questão dos limites por hectare abaixo da necessidade de custeio no Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) específico. Os limites para investimentos, em muitos casos, são insuficientes no Pronaf,



(foto Carlos Kilian)

Reivindicações e problemas apresentados no Seminário em São Miguel...

face ao estudo da propriedade como um todo. O limite de adiantamento não tem acompanhado os índices inflacionários e o crédito de investimento não está sendo educativo, com visão de desenvolvimento, e em função disso não houve a devida discussão e programas de investimentos. Além disso, o número de funcionários do Banco do Brasil para a análise e atendimento do crédito rural é reduzido e não específico.

São várias as linhas de crédito existentes, mas algumas não são ope-

racionais (existe a linha de crédito, mas não existe o recurso), há dificuldade na obtenção de crédito para atividades não tradicionais da região, insuficiência de recursos em algumas linhas do Pronaf, facilidades de obtenção de crédito em algumas agências, enquanto que em outras a dificuldade é grande, com o crédito rural tomado por agricultores sem maiores discussões sobre as reais necessidades da propriedade e sem estudos de desenvolvimento. Para muitos, há dificuldades de garantias para o financiamento.

O que disseram as instituições envolvidas

O analista técnico do Banco do Brasil, Roberto Luiz Curzel, concorda que existe insuficiência de pessoal na instituição na área do crédito rural, mas pondera que várias entidades que atuam nesse setor também têm essa dificuldade. Também argumenta que é necessário maior estrutura de assistência técnica, pois, se o agricultor tiver um estudo voltado para a propriedade de maneira integral, o recurso é mais fácil. O agricultor Ronaldo Cressol, no encontro representando as cooperativas de crédito que atuam nos três estados do Sul, salientou a necessidade de

discussão da sustentabilidade da proposta questionando para quem e para o que está sendo viabilizado o crédito.

Por outro lado, o gerente do BESC local, Hélio Bortolanza, destacou que a instituição financeira tem aberto crédito para propriedades pequenas mediante projeto técnico ou plano simples. “Mas, nem sempre o projeto é executado e isso se comprova na fiscalização. É necessário maior participação da entidade de assistência técnica no campo. Assim, o crédito fica mais eficiente na propriedade.”

Seguro agrícola é principal pleito

(foto Carlos Kilian)



...praticamente repetiram-se no encontro realizado em Chapecó

A instituição do seguro agrícola, através do governo federal, e também o acompanhamento da aplicação do crédito rural pela empresa de assistência técnica lideram as reivindicações dos agricultores do Oeste catarinense para serem inseridos no próximo Plano Safra.

Os deputados Herneus de Nadal (PMDB) e padre Pedro Baldissera (PT) coordenaram o seminário em Chapecó, que contou com a participação, entre outros, do representante da Fefraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), Alexandre Bergamini, do gerente regional da Epagri, Valdir Crestani, do prefeito Pedro Uczai (PT), do presidente da

Câmara Municipal, Amarildo de Bairros, do secretário Regional de Desenvolvimento, Írio Grolli, do secretário executivo do Pronaf, Luiz Ademar Hesmann, e do secretário de Articulação Nacional, Valdir Colatto.

Baldissera, que representa a região na Alesc, lembrou das dificuldades enfrentadas, principalmente pelos pequenos agricultores no acesso aos recursos do crédito rural. No rol dos principais problemas, no que diz respeito aos critérios para cessão de crédito à agricultura familiar e aos entraves que dificultam o acesso ao financiamento, repetiram-se, basicamente, os itens listados relatados em

São Miguel do Oeste. “Nos 28 municípios que compreendem nossa região, as principais questões referem-se ao crédito rural reduzido e não específico, à falta de recursos para atender as diversas linhas de crédito, à dificuldade de obtenção de crédito para atividades não tradicionais da região, facilidades de obtenção de crédito em algumas agências enquanto que em outras a dificuldade é bem maior, crédito rural tomado por agricultores sem maiores discussões sobre as reais necessidades da propriedade e sem estudos de desenvolvimento, além da dificuldade de garantias para o financiamento, implementando fundo ou aval”, enumerou Crestani.

Câncer: a capacidade de superação do ser humano

Scheila Dziedzic

Há 22 anos atuando como especialista em oncologia clínica, o médico catarinense Marcelo Colaço Paulo utilizou sua experiência e conhecimento para escrever o livro, recentemente lançado, *Câncer: o lado invisível da doença*. A abordagem de Colaço centra-se na relação do paciente, e da sociedade, com a doença, já a partir do seu diagnóstico. Em entrevista ao *AL Notícias*, o médico mostra um pouco do que o leitor vai encontrar na publicação.

AL Notícias - Qual a base do seu livro *Câncer: o lado invisível da doença*?

Marcelo Colaço Paulo - Estou há 22 anos na especialidade de oncologia clínica e neste período houve um avanço exponencial do ponto de vista tecnológico e do científico. Mas a relação do paciente e da sociedade com a doença não melhorou na mesma proporção. Isso merece uma reflexão do que acontece no nosso meio nesta situação. Nos Estados Unidos, quando o paciente tem o diagnóstico de câncer age com a determinação: "Esse é mais um obstáculo que tenho que vencer". E no Brasil é uma desgraça que se abate. Até mesmo pelo rótulo que apresenta. A palavra câncer muitas vezes é maior que a própria enfermidade que o indivíduo tem, causando transtornos familiares, emocionais, psicológicos, financeiros e isso leva a toda uma condição que é o lado que dá nome ao livro, que é o lado invisível da doença que não é propriamente o orgânico, mas sim todas as suas causas. O paciente que tem câncer é como se desnudasse o DNA da alma. Ele se torna muito mais transparente, verdadeiro. Nós todos, devido às contingências da sociedade e aos tabus, vivemos muito mais um estereótipo do que exatamente como somos na alma. Quando o indivíduo tem a doença câncer é como se ele estivesse na luta pela sobrevivência e olhasse para dentro de si: "Não tenho o que fazer, mas tenho que recuperar o tempo perdido, virar a mesa, criar uma situação na qual eu possa fazer tudo aquilo que eu não fiz no passado".

Quando o paciente chega ao consultório sua vida é um livro aberto. Isso faz com que o médico oncologista não seja somente um médico que vai tratar apenas a enfermidade

AL Notícias

- O que determina essa situação é a iminência da possível perda da vida?

Colaço - Exatamente. No Brasil, a sensação que paciente e quem o envolve têm quando recebem o diagnóstico de câncer é como se fosse uma sentença de morte e não pudesse sobreviver. Essa mentalidade, tanto do indivíduo que tem a doença quanto da sociedade, não mudou. Quando o paciente chega ao consultório médico sua vida é um livro aberto. Ele relata todos os fatos emocionados, o que acontece com ele e a família, as suas relações e situações das mais diversas. Isso faz com que o médico oncologista não seja somente um médico que vai tratar apenas a enfermidade, mas também um apoio emocional e psicológico. No livro eu relato as limitações do próprio médico, até onde temos a condição de ir. Todo o paciente de câncer deveria ter um atendimento multidisciplinar com oncologistas, psicólogos, terapeutas, enfermagem, nutricionistas, cada um voltado ao seu papel, mas trabalhando de forma interligada.

AL Notícias - As possibilidades de cura dependem de mudanças de atitude também?

Colaço - A cura do câncer se baseia num tripé: prevenção, diagnóstico precoce e tratamento. O grande problema é que a maioria dos pacientes vem com situações de doenças avançadas e você canaliza tudo no tratamento.

AL Notícias - Em seu livro, o senhor aborda o fato da doença ser muitas vezes utilizada como um espetáculo pela mídia.

Colaço - O câncer é sempre visto e muitas vezes valorizado na sociedade pelo aspecto da desgraça. Aparecem os maus resultados. Artistas e pessoas públicas que



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

falecem em decorrência da doença. Isso traz uma comoção, você vê milhares de pessoas rezando, todos esperando um grande milagre. Esse é um foco analisado no livro, o câncer como um grande espetáculo, cultivado de uma forma especulativa e não com o aspecto didático para a população. Você imagina um indivíduo que está no hospital com câncer e ele liga a televisão e vê lá que foi descoberto um novo tratamento para o câncer, uma nova droga. Ele é o consumidor disso. Toda vez que se tem uma notícia sobre a doença você tem dois tipos de pessoas que consomem essa informação: as pessoas ávidas por novidades e as doentes que têm interesse direto nisso e pensam; "Meu Deus, a minha chance está aí". Só que isso, na maioria das vezes, não está disponível a elas, custa muito caro e poucos podem ter acesso. Quando uma população doente recebe uma notícia dessas leva um impacto muito grande.

AL Notícias - Quando o senhor fala em abordagem didática, em relação a esta questão de se vender a esperança àqueles que têm a doença, exatamente a que se refere?

Colaço - Sugiro que sempre que a oncologia estiver em foco que venha junto com campanhas de prevenção, diagnóstico precoce, coisas que sejam elucidativas. Não adianta dizer que tem um produto novo se a população não tem acesso a ele. Você tem que ver que um

indivíduo que tem câncer está sempre nos limites da razão e do emocional. Ele se submete a qualquer sacrifício pelo mínimo de benefício. O que acontece com a palavra câncer é que esse lado emocional supera até mesmo a condição da própria enfermidade. O primeiro ponto do livro é desmitificar essa condição, buscar também a solidariedade do próximo porque a sociedade é muito cruel com o indivíduo que tem câncer.

AL Notícias - Existe o poder dos sentimentos, da fé, do carinho, da solidariedade na recuperação de uma doença?

Colaço - Primeiro aspecto, a fé é sempre extremamente positiva. Pode ser transformada em várias formas: uma atitude, um pensamento positivo. Não existe um patrono da fé específico, mas sim aquilo que o indivíduo acredita e que o fortaleça para conduzir o tratamento, para vencer aquela condição. O que nós não somos muito favoráveis é que essa fé se transforme em algo místico, ou seja, a crença de que tal pessoa tem o poder de curar. Esse envolvimento com a enfermidade nos leva a uma condição de pensar em sofrimento, calvário e não a pensar em recuperação, benefício. Ao invés de viver a saúde, se vive a doença. É preciso ter cautela com os tratamentos alternativos

O benefício só acontece onde a solidariedade é verdadeira. Em famílias em que existem amor, carinho, união, tudo é mais fácil. No câncer as atitudes se revelam.

que, muitas vezes, são buscados na incapacidade da ciência em determinar um benefício. O mais importante para o paciente do câncer é que ele não fique isolado. Não pense que a doença aproxima as pessoas, muito pelo contrário. A doença, às vezes, exacerba as diferenças existentes anteriormente. O benefício só acontece onde a solidariedade é verdadeira. Então, em famílias em que existem amor, carinho, união, tudo é mais fácil. No câncer as atitudes se revelam. Por exemplo, as mulheres vêm muito mais para o consultório e fazer os tratamentos sozinhas do que os homens. Eles normalmente têm a companhia da mulher que está junto, cuidando, está próxima.

que, muitas vezes, são buscados na incapacidade da ciência em determinar um benefício. O mais importante para o paciente do câncer é que ele não fique isolado. Não pense que a doença aproxima as pessoas, muito pelo contrário. A doença, às vezes, exacerba as diferenças existentes anteriormente. O benefício só acontece onde a solidariedade é verdadeira. Então, em famílias em que existem amor, carinho, união, tudo é mais fácil. No câncer as atitudes se revelam. Por exemplo, as mulheres vêm muito mais para o consultório e fazer os tratamentos sozinhas do que os homens. Eles normalmente têm a companhia da mulher que está junto, cuidando, está próxima.

CPI de Dívida Pública

Relatório final no dia 17

O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) apresentou na tarde de quinta-feira (6), o relatório preliminar da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investiga o real valor da dívida pública de Santa Catarina. O documento trouxe um resumo contendo os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2002, as leis autorizadas, as condições, os objetivos, quem assinou os contratos e o saldo devedor na data mencionada.

Em suas conclusões, Peninha diz que a conjuntura que ensejou a instauração da CPI envolveu uma discussão política em que "não são cabíveis quaisquer críticas", pois ambos os governos agiram em simetria ao elaborar a cartilha, onde divulgaram o valor da dívida pública.

A divergência acontece a partir da metodologia usada em cada



(foto Carlos Kiltan)

Cada integrante vai avaliar e fazer suas observações no relatório apresentado

governo. Peninha sugeriu ainda que seja requerida ao Tribunal de Contas do Estado uma auditoria nas empresas estatais com remessa de relatório conclusivo à Assembléia, dada a necessidade de demonstração particularizada da evolução e origem das

dívidas das empresas. O relatório final deverá ser apresentado no próximo dia 17, às 9 horas, após análise aprofundada dos membros da CPI e de suas conclusões. A CPI da Dívida Pública é presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL. (SD)

Prejuízos do apagão

Passados seis meses do apagão que deixou sem energia elétrica 300 mil habitantes da capital, o deputado Antônio Carlos Vieira - Veirão (PP) solicitou na sessão do último dia 29, em seu discurso da tribuna, que a diretoria da Celesc e representantes da Aneel (Agência Nacional Reguladora de Energia Elétrica) sejam convocados para esclarecer as providências que estão sendo tomadas para evitar um novo blecaute na cidade e quais as exigências feitas pela Aneel à estatal nesse sentido. A reivindicação do parlamentar será efetivada através da Comissão de Trabalho e Serviço Público, presidida pelo deputado Genésio Goulart (PMDB).

Veirão destacou em seu pronunciamento que não há informações sobre os responsáveis pelo incidente, as causas e as providên-

cias cabíveis para solucionar o problema. "Diversas questões estão sem resposta neste episódio como, por exemplo, se há risco de ocorrer um novo apagão, de que forma aconteceu a falha no processo de manutenção e como estão funcionando as operações de manutenção dos dois cabos da rede." Ele disse ainda que a Ilha de Santa Catarina está frágil, pois os dois cabos atravessam a mesma ponte, enfatizando que o governo do Estado também não esclareceu se adotará providências para interligar os circuitos. "No caso da Aneel, queremos saber da agência reguladora quais as exigências que serão feitas à Celesc para evitar um novo apagão, se a multa aplicada contra a empresa já foi paga ou reclamada e como está o ressarcimento aos consumidores pelos danos causados durante o blecaute.(RV)

Agenda

Dia 10, 14 horas - CPI da Udesc - Depoimentos de servidores e professores sobre concursos públicos e seleção de tutores e professores para o Ensino a Distância

Local: Sala das Comissões

Dia 10, 15 horas - CPI da Casan - Depoimentos de quatro servidores para explicar procedimentos técnicos sobre o funcionamento das Estações de Tratamento de Água (ETA) e de Tratamento de Esgoto (ETE), além de informações operacionais relativas à medicina, segurança e higiene do trabalho

Local: Sala das Comissões

Dia 11, 9 horas - Audiência pública da Comissão de Justiça - Discussão do Projeto de Lei 307/03, que cria o Programa Pró-egresso destinado ao atendimento da população egressa do sistema prisional do Estado

Local: Sala das Comissões

Dia 11, 10 horas - Audiência pública da Comissão de Trabalho e Serviço Público - Discussão para realização de ajustamento de conduta para readmitir os funcionários demitidos pelo Ciasc

Local: Sala das Comissões

Dia 11, 19 h - Recital da banda Sociedade Musical União dos Artistas - Laguna, em comemoração aos 144 anos de sua existência

Local: Hall da Assembléia Legislativa

Dia 12, 8 horas - Comissão de Educação - Secretário de Educação, Jacó Anderle, fala sobre a situação salarial dos professores contratados em caráter temporário

Local: Sala das Comissões

Dia 12, 18 horas - Sessão solene em homenagem ao Dia do Enfermeiro

Local: Plenário

Dia 14, 14 horas - Audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Aplicação do Estatuto do Idoso

Local: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Vestuário - Jaraguá do Sul

Equipamentos especiais

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), aprovou por unanimidade, na manhã de quarta-feira (5), o Projeto de Lei nº 132/2004 que trata da obrigatoriedade de instalação, nas agências bancárias, de equipamentos especiais adaptados aos deficientes físicos e visuais. A proposta é de autoria do deputado Francisco de Assis (PT).

Para os deficientes físicos, estabelece que os caixas eletrônicos sejam adaptados (na altura) para usuários de cadeiras de rodas. Prevê também equipamento mecânico fixado nos caixas para servir de apoio aos usuários de muletas, bengalas etc. Os deficientes visuais deverão ter à disposição caixas eletrônicos com teclado em braille e com

emissão de som identificando que a operação foi realizada, além de portas adaptadas para esse tipo de deficiência. Caso o projeto seja aprovado, as instituições bancárias terão prazo de seis meses para as adequações. Os bancos que não cumprirem a lei serão multados em R\$ 5 mil e, em caso de reincidência, o valor será dobrado.

Clínica - A Comissão também aprovou o encaminhamento de indicação ao governador do Estado, solicitando a criação de uma clínica de desintoxicação de dependentes químicos adolescentes da região de Laguna, no Sul do Estado.

Santa Catarina não dispõe de uma clínica estadual com essa finalidade. Pedem também o aumento de cotas para internação dos casos mais graves em outras clínicas. (RMPP)

Peritos criminais

Os deputados membros da Comissão de Segurança, presidida pelo deputado João Rodrigues (PFL), aprovaram na manhã de quarta-feira (5) o Projeto de Emenda Complementar que desvincula os peritos criminais dos quadros da Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, que será encaminhado para análise do secretário Ronaldo Benedet. O PEC, proposto pelo deputado Lício Mauro da Silveira (PP), teve como relator o vice-presidente da Comissão, Wilson Vieira - Dentinho (PT), que sugeriu a

avaliação da SSP. Participaram ainda da reunião os deputados José Paulo Serafim (PT), Cezar Cim (PDT) e João Henrique Blasi (PMDB).

O deputado Lício Mauro questionou o encaminhamento de Dentinho, assinalando que os delegados são contrários à proposta e lembrou que o próprio relator, no ano passado, havia sugerido a realização de audiência pública. "Acho que vai bater na trave na SSP. Mas vamos ver o que acontece", disse o parlamentar do PP. Ainda durante a reunião, foi aprovada a admis-

sibilidade do projeto de autoria de Simone Schramm (PMDB), que institui o Programa de Conscientização 18 de maio, como forma de prevenir, informar e combater a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Também foi aprovado projeto de lei proposto por Afrânio Boppré (PT), que assegura o direito de privacidade aos usuários do serviço de telefonia no âmbito do Estado de Santa Catarina, no que tange ao recebimento de ofertas de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica. (CA)

Um santo com raízes em Santa Catarina

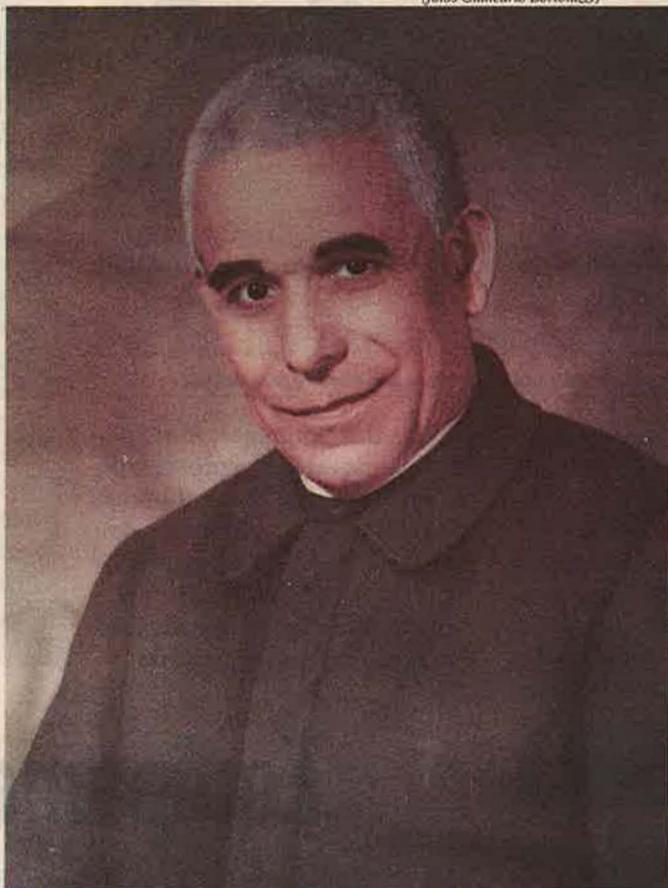


Rose Mary Paz Padilha

No próximo dia 16, em Roma, o Papa João Paulo II estará celebrando a missa de canonização de São Luiz Orione, fundador da congregação orionita, existente em 36 países de todos os continentes. Os padres desta congregação se dedicam, entre outras atividades, ao acolhimento de pessoas abandonadas ou marginalizadas pela sociedade.

Nascido em 23 de junho de 1872, em Pontecurone, lugarejo do Piemonte, Itália, Luigi Orione cresceu numa família pobre e profundamente religiosa e dela recebeu fundamentos ternos e vigorosos de profundo amor a Deus e aos necessitados, que foram os princípios de toda sua existência. Em 13 de abril de 1895, em Tortona, foi ordenado sacerdote e no dia de sua primeira missa tomou a seguinte decisão: "Não quero ser um padre somente para os que vão à igreja. Quero ser padre para todos, especialmente os mais afastados".

A fim de atender a tantas obras, Dom Orione fundou diversas congregações religiosas. Para visitar e incentivar o que ele chamava de "filhos missionários", esteve por diversas oportunidades na América do Sul, visitando a Argentina, o Uruguai e o Chile. No Brasil, registrou sua presença nos anos de 1921, 1922, 1934 e 1937 e numa dessas visitas disse: "O que não fiz pelo Brasil nesta terra, farei do céu". Morreu em San Remo, no dia 12 de março de 1940, aos 68 anos, com grande fama de santidade.



(fotos Giancarlo Bortoluzzi)

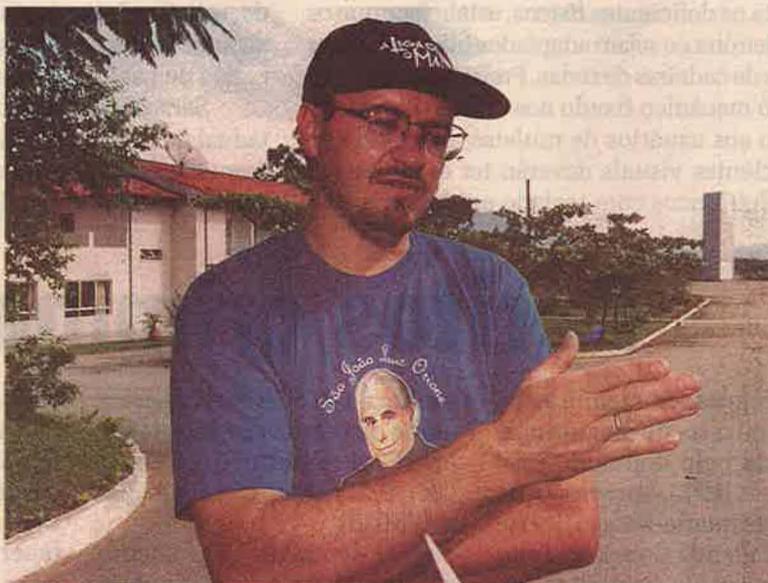
A canonização de Dom Orione era aguardada pelos fiéis de todo o mundo

Primeiro milagre

No dia 7 de julho de 2003, na presença do Papa João Paulo II, foi oficializado o primeiro milagre de Dom Luigi Orione. Um idoso de nome Pierino Penacca, nascido nas cercanias de Tortona, foi hospitalizado no final de 1990, com câncer no pulmão, em estado terminal. Uma de suas filhas, Gabriela, recorreu a Dom Orione, rezando fervorosamente pelo pai. Outra filha, Izaura, implorou a cura do seu pai diante do túmulo de Dom Orione - pedido que foi reforçado por outros familiares, sacerdotes orionitas e os assistidos do Pequeno Cotolengo de Serenho, do qual Pierino era benfeitor. Os médicos do hospital, reconhecendo não adiantar nenhum tipo de terapia, deram-lhe alta, já desenganoado, em 10 de janeiro de 1991. Mas aos poucos, ficou curado e voltou a trabalhar. Morreu 10 anos depois, em 2001, não de doença pulmonar, e nesse período teve uma vida saudável. O fato foi considerado um verdadeiro milagre pela Igreja Católica.

"Cidade" de São Luiz Orione

Em Santa Catarina, no município de São José, na Grande Florianópolis, está a Orionópolis Catarinense, fundada em 12 de março (dia da morte de Dom Orione) de 1990 - uma casa que conta com 66 moradores, homens e mulheres, todos deficientes físicos e mentais, que foram abandonados por suas famílias. No local, dentro da filosofia orionita, eles recebem mais do que cuidados médicos e alimentação. Recebem

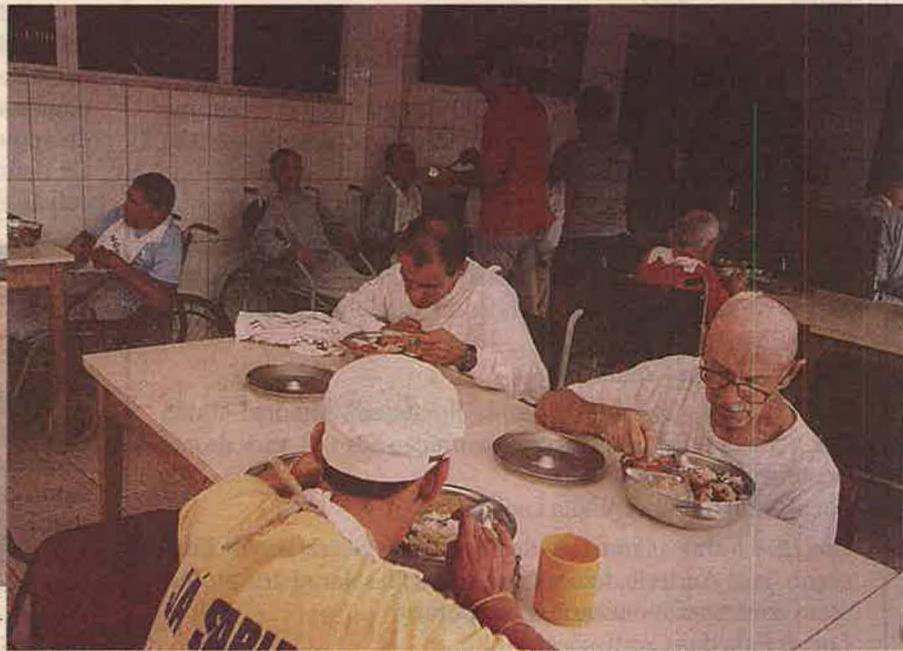


Padre Everson: "Toda a vida de Dom Orione foi dedicada à igreja e aos pobres"

principalmente carinho através de uma equipe de profissionais capacitados que, para mantê-los, contam exclusivamente com o apoio da sociedade e de promoções realizadas pela própria Orionópolis.

Segundo o padre Everson Damian Lunardi, a canonização de Dom Orione, que a partir do dia 16 será "São Luiz Ori-

one" é o reconhecimento da igreja e dos fiéis católicos da fé e caridade de Dom Orione. "Toda sua vida foi dedicada à igreja e aos pobres e por esse motivo era chamado "o pai dos pobres, o benfeitor da humanidade aflita e abandonada e que viveu para amar e servir", disse o padre que está em São José há apenas dois meses,



Mais que alimentação e remédios, eles recebem carinho na Orionópolis

vindo da Orionópolis de Mato Grosso do Sul. Padre Everson lembra que, na região, a congregação orionita também está presente nas paróquias dos bairros Capoeiras e Forquilha. Até o próximo dia 16, dia da cano-

nização de São Luiz Orione, estarão sendo celebradas missas diárias na Orionópolis, sempre às 19h30min, com relato das obras do novo santo e da sua dedicação total e exclusiva aos necessitados durante toda sua existência.